



Associação Conquistas da Revolução

Nº 21 | MAIO 2018

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

- 03 | Caros Associados e Amigos
- 04 | Contratação Colectiva - É urgente restabelecer o progresso.
- 06 | Contra a desestruturação das funções sociais do Estado.
- 08 | Do grau zero na cultura.
- 10 | Assim vai o Mundo...
- 12 | Actividades Recentes

em DESTAQUE:

NOVO LIVRO LANÇADO PELA ACR
Diário da Contra-Revolução



Pedidos de envio para o email da ACR.

EDITORIAL

RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO

O 25 de Abril adveio da luta clandestina e da acção da oposição democrática. Nessa resistência e combate ao fascismo, militares progressistas organizaram e fizeram um golpe militar seguido de um levantamento popular e dos trabalhadores.

Daí resultaram a Aliança Povo-MFA e as conquistas de Abril. As liberdades fundamentais, o fim da censura, a liberdade de reunião e de partidos políticos. O fim da guerra colonial (10.000 mortos e 30.000 estropiados, só na parte respeitante a Portugal). A reforma agrária. As nacionalizações, o controlo operário, o poder local democrático, assumido e transformado pelas populações. A democracia construída por todos e por todos exercida.

Hoje parece tudo longe e é esquecido? Resultados de golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975 e do caminho para a chamada integração europeia; o soarismo, a direita nos governos, a aliança com os EUA, a CIA e governantes de países da Europa ocidental para destruir Abril, o trabalho e a dignidade de sermos livres.

A corrupção assustadora é cada vez mais conhecida. A actual dívida pública representa cerca de 8.000 milhões de juros em cada ano. O não investimento no interior do país e o seu esvaziamento; o “socorro” com dinheiros do Estado e de todos nós aos bancos – 17.000 milhões de euros que faltam nas frentes essenciais da nossa vida; a destruição de serviços públicos e a acumulação das populações nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. As dificuldades, o desemprego e a violência que nestas áreas do país crescem. A destruição de hospitais, centros de saúde, escolas e a falta de condições de acesso dos filhos dos trabalhadores à formação secundária e universitária. Os poderes financeiros e políticos querem o saber só para os filhos dos ricos e apaniguados. Temos baixos salários e reformas que não chegam para assegurar uma vida com

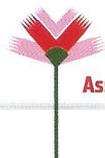
dignidade aos que trabalharam a vida inteira. Perante o que se passa, temos as lutas dos trabalhadores a afirmarem o que são os nossos direitos no trabalho, na saúde, na habitação, na educação e na cultura, contra acordos do PS e do PSD na falsa descentralização que impede a regionalização inscrita na Constituição desde 1976, que não querem cumprir.

Estamos perante novas ofensivas do capital e seus aliados e servidores no nosso país. Temos o caminho que é nosso pela frente – resistir, lutar, continuar a combater o grande capital e os partidos seus servidores. Uma vez perdemos, outras vezes ganhamos. Se não fosse a classe operária, o povo trabalhador, já tudo estaria destruído.

Mas não deixaremos. Viva a democracia. Viva a participação e a luta do povo. Vivam o 25 de Abril e o 1º de Maio, sempre.

Modesto Navarro

Vice-Presidente da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178029245630

José Baptista Alves
 Presidente da Direcção da ACR



Caros Associados e Amigos

Estamos a comemorar o 44º Aniversário do 25 de Abril com a mesma força e vivacidade com que o fizemos nos 43 aniversários passados. Por todo o país se multiplicaram comemorações populares, comemorações oficiais, sessões de esclarecimento, debates, almoços e jantares comemorativos, desfiles e manifestações nas grandes cidades. E, isto é assim porque o 25 de Abril de 1974 abriu as portas a uma profunda revolução popular que o povo de Portugal não esquece, que o povo quer reviver e defender, que o povo assume como sua. A nossa Associação Conquistas da Revolução, a cuja Direcção me coube presidir, na sequência do acto

eleitoral de 29 de Março último, orgulha-se de ter participado com toda a sua capacidade e com o empenhamento dos seus núcleos regionais em muitas destas comemorações, com iniciativas próprias e em conjunto ou a convite de outras associações e/ou colectividades interessadas na luta pelos valores de Abril e na defesa das conquistas da revolução. Como igualmente se orgulha de ter participado nas grandiosas manifestações do 1º de Maio.

O povo esteve na rua e o sonho dum futuro melhor também.

O que faz falta é cumprir Abril.

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

- É urgente restabelecer o progresso!

A negociação colectiva é o processo em que os sindicatos, enquanto estruturas colectivas representativas dos trabalhadores, negociam a definição das condições e relações de trabalho, consagradas sob a forma de contratos e acordos colectivos de trabalho.

Em Portugal, depois do 25 de Abril, a Contratação Colectiva foi consagrada como um direito constitucional atribuído aos sindicatos, tendo sido um elemento fundamental para a obtenção de um conjunto muito vasto de direitos determinantes para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e para o próprio avanço da democracia.

O ataque do patronato à contratação colectiva não é de hoje, começou há muitos anos atrás, logo a seguir ao próprio 25 de Abril. Mais recentemente, teve no Código de trabalho de 2003 (PSD), na sua revisão de 2009 (PS) e nas medidas de austeridade da troika e do Governo PSD/PP, machadadas fulcrais que fazem com que hoje as relações laborais estejam mais desequilibradas em favor do patronato (quer do ponto de vista da transferência dos rendimentos do tra-

balho para o capital, quer do ponto de vista do poder exercido pelo patronato e do enfraquecimento da democracia nas empresas).

Com as alterações introduzidas, os objectivos e princípios da negociação e contratação colectivas foram completamente subvertidos: ao introduzir-se a caducidade das convenções colectivas (a possibilidade de os patrões unilateralmente determinarem o fim de um contrato colectivo); ao retirar-se o princípio do tratamento mais favorável e permitir-se que as Convenções estabeleçam disposições menos favoráveis que a lei; ao impedir-se a extensão das convenções colectivas - trata-se de destruir precisamente os elementos que garantiam que a negociação colectiva não poderia contribuir para a redução da qualidade das normas, devendo antes contribuir para a sua melhoria.

Sabemos que enfraquecer a contratação colectiva implica dar carta verde para o arbítrio de relações de trabalho assentes na lei do mais forte (do patrão) por via da contratação individual, e implica destruir o



pilar protector da parte mais frágil da relação laboral (os trabalhadores).

No entanto o Governo PS tem-se recusado a reverter esta grave situação.

Digam o que disserem, não dá para disfarçar, trata-se de uma posição política. Trata-se de assumir um lado da barricada, e não é o lado dos trabalhadores... Ainda no passado dia 14 de Março, tivemos ocasião de ver o posicionamento do Partido Socialista na Assembleia da República face à votação do projecto de Lei do PCP

que visava precisamente restabelecer as condições para a defesa e fortalecimento da contratação colectiva.

Tal posicionamento do Governo do PS, tem sido da maior utilidade ao patronato para a restrição dos direitos dos trabalhadores, para a imposição dos baixos salários e da precariedade, das adaptabilidades, dos bancos de horas e a desregulamentação dos horários de trabalho.

Mas a luta dos trabalhadores não pára! E tem demonstrado que é possível resistir e avançar, defender, repor e conquistar direitos, construir um Portugal com Futuro.

É tempo de mudar!

É tempo de restabelecer o progresso!

É tempo de cortar definitivamente com o passado das políticas de direita e da austeridade - isso implica **VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES!**

Libério Domingues

Coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa

Contra a desestruturação das funções sociais do Estado

A 18 de abril, com razoável pompa e adequado enquadramento mediático, assinaram o Governo PS e a Direção do PSD um acordo acerca da transferência – chamaram-lhe descentralização - de competências para as autarquias locais. É matéria em que o PS, o PSD e o CDS vêm mostrando possuir discurso e práticas comuns.

Práticas que passam pela não concretização da regionalização, imperativo do primeiro texto constitucional de Abril e vítima do “golpe constitucional” operado por Guterres e Marcelo na revisão constitucional de 1997. Que passam pela extinção de cerca de 1200 freguesias e pela recusa, pelo PS, PSD e CDS, de reposição daquelas em que população e eleitos a exigem. Que passam, agora também, pela tentativa de delegar nas CIM (Comunidades Inter Municipais), entidades sem qualquer legitimidade democrática, competências que respondem a imperativos constitucionais em áreas de serviço público.

O acordo assenta, antes de mais, num logro, ao referir-se a descentralização de competências quando, de facto, pretende apenas uma transferência de res-

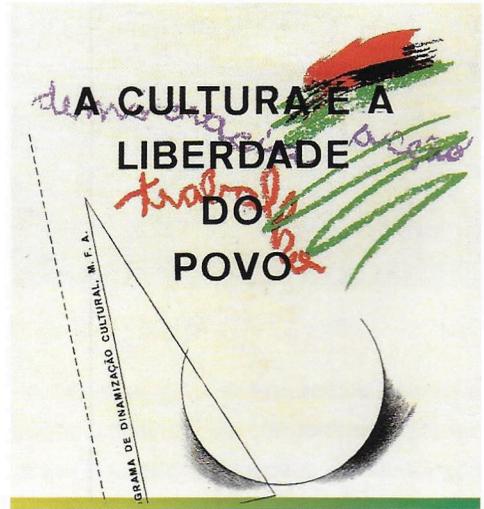


ponsabilidades. Responsabilidades que, hoje, o Estado não cumpre em áreas que vão da saúde à educação, do ambiente à proteção civil, da habitação à segurança social, à cultura e muitas outras. A verdade é que sucessivos governos desinvestiram e desresponsabilizaram o Estado em todas estas áreas, merecendo o justo protesto e a luta das populações. O atual governo, em nome da convergência, do défice e da dívida, não tem tido uma prática diversa. O que PS e PSD pretendem com este processo de transferência de responsabilidades, em que, inclusive, fica impedido o aumento da despesa pública, mais não é do que desresponsabilizar o Estado da resposta a um vasto conjunto de funções sociais a que está constitucionalmente vinculado. O resultado será, necessariamente, a desestruturação da resposta

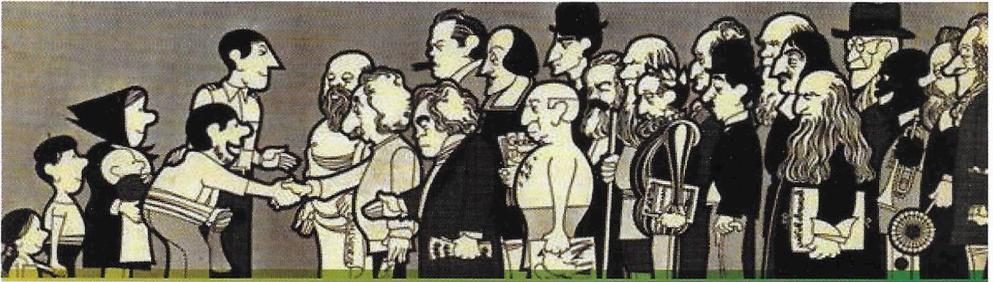
Do grau zero na cultura

Do antes, sabe-se como era: um país aprisionado num tempo morto, flagelado por uma guerra absurda, vitimado pela miséria, com cerca de um terço da população analfabeta, onde o livre espírito sufocava sob a estupidez e a violência do jugo da censura e repressão, vindas de quatro séculos de trevas Inquisitoriais e meio século de fanatismo da ditadura, em que o reaccionarismo mais trauliteiro campeava, pretendendo vazar olhos, extirpar a fala e trepanar a consciência de um povo mártir. Em vão. Resistiu-se, pela raiz do pensamento, e nesse confronto as Artes e a Cultura foram importantes catapultas da insubmissão, pau encravado na engrenagem trituradora da Grande Ordem fascista, rasteira subversiva no medo aos poucos enxotado, do murmúrio ao grito levantado, passando a palavra interdita, induzindo o gesto proibido, não deixando esvaír-se a esperança, feita de raiva, astúcia e coragem.

Os ventos de Abril sopraram Liberdade. E com ela o desejo de superar o atavismo todo numa fraternidade de mãos dadas que jamais será vencida, achar a alegria do riso, abrir ao Mundo e voar pela Paz como a pomba de Picasso...



Numa nação a reinventar-se nos planos político, económico e social, a Cultura passava a ser valorizada como um esteio e um pilar fundamental da Democracia nascente, entendimento que viria a obter tradução reforçada no texto constitucional, garantindo o direito generalizado à fruição e criação cultural e incumbindo o Estado de corrigir as assimetrias existentes bem como apoiar e estimular a criação individual e colectiva. Sinais marcantes desta dinâmica tinham acontecido com as campanhas de dinamização cultural promovidas pela 5ª Divisão do MFA e com a criação, logo em Janeiro de 1975, do Centro Cultural



de Évora, o epicentro da descentralização teatral em Portugal. Seguiram-se os primeiros ensaios de uma política de desenvolvimento cultural através de iniciativas legislativas, as quais apesar de pontuais e por vezes contraditórias, visavam estabelecer a consolidação de um mínimo estrutural.

O refluxo do processo revolucionário conduziu a que o resultado destes esforços iniciais fosse pouco a pouco sendo desarticulado e desmantelado. E a este panorama, de um quase grau zero, se chegou: a Cultura, cronicamente subfinanciada por falta de vontade política, volta a ser vítima de censura, agora economicista. É desdenhada pelo Poder que, no esquema da Sociedade do Espectáculo e do entretenimento alienante, a encara como «um luxo decorativo», querendo submetê-la aos ditames do Deus-Mercado, apoucando-a com o labéu de «subsídio-dependente» e renegando a sua presença como vital para as populações.

Os ataques de que é alvo são comandados por aqueles que têm algo a perder com a sua difusão.

Não basta contar com um ministério da Cultura: há que superar a rotina burocrática e dotá-lo de recursos! Desde logo 1% para a Cultura no OGE, o que não é um fim em si mas um meio de ação contínua. Para lá dos actuais 0,2%, lançar um projecto, em continuidade, de serviço público artístico, que combata a desertificação cultural e ultrapasse o precário, o errático e o pontual. A Cultura é um elemento imprescindível da qualidade da Democracia, factor de emancipação e de capacidade crítica cidadã. Não a considerar como prioridade é um sinal de ignorância.

Governantes que desprezem os valores culturais estão a escancarar as portas à barbárie e à regressão civilizacional.

José Carlos Faria
Encenador

Assim vai o Mundo...



Com espanto, porque a consciência da gravidade dos actos não nos poupa, assistimos a mais uma monumental farsa, orquestrada sem imaginação e sem vergonha, tendo por figurantes corsários, cow-boys e mosqueteiros, todos saídos dum velho guião apodrecido, cheirando a mofo, que - não fora o total descrédito dos actores, dos realizadores, dos produtores e dos poderosos meios de comunicação que ao serviço deles se enxovalham - imaginá-los-íamos à beira duma hecatombe. Um completo fiasco, a participação ficou-se por uns tantos com entrada gratuita e uns outros que não passaram do foyer. O objectivo gorou-se totalmente.

E não estou a falar só do episódio grotesco do espião russo nem tão pouco dos 70% dos mísseis destruídos em voo pela defesa do exército sírio e muito menos da diminuta expressão militar dos danos causados às forças de Assad. O que nos interessa perceber é o que verdadeiramente se pretendia com estas acções provocatórias, agora perfeitamente orientadas, claramente sem mandato da

ONU e à revelia do direito internacional: Uma confrontação com a Federação Russa? Desencadear uma 2ª versão da Guerra Fria?

Descartada a primeira hipótese por absurda, face às consequências terríveis que daí adviriam para todos sem excepção, ficamos a ideia de que toda esta gente ainda não percebeu que o tempo é outro. Uma 2ª versão da Guerra Fria, hoje, por muito jeito que pudesse dar ao Complexo Militar-Industrial, carece de justificação, de oportunidade e de suporte ideológico. As provocações à Federação Russa, seja no campo diplomático, no campo económico ou no campo militar, terão naturalmente resposta mas não vão mudar nada. Ou melhor, não vão travar a evolução do Mundo para um Mundo multipolar, um Mundo cada vez mais avesso às soluções dos blocos político-militares, castradores da independência dos povos e geradores de conflitos armados e guerras de agressão que toldaram todo o século XX e mesmo já este princípio do século XXI. O tempo é mesmo outro. O recente abraço



dos dois líderes da Coreia, dividida em duas há quase 65 anos na sequência duma guerra que se iniciou em 25 de Junho de 1950, tendo as hostilidades terminado em 27 de Julho de 1953, com a assinatura do armistício, é o prenúncio de uma nova era na Coreia rumo à Paz definitiva, rumo à reunificação e, como também resulta das declarações dos dois líderes, rumo à desnuclearização da península.

Recorda-se que da Guerra da Coreia resultou uma imensa destruição e 1,2 milhões de mortos.

A situação de guerra prevaleceu até aos dias de hoje, com os exércitos separados por uma zona desmilitarizada ao longo do paralelo 38, com a presença militar americana de 48.000 efectivos na Coreia do Sul, dado não ter sido, até hoje, assinado o Tratado de Paz.

O recente aumento da tensão militar na zona – de que as movimentações militares americanas na região, com o apoio do Japão, em manobras com o exército da Coreia do Sul e os ensaios com mísseis balísticos de longo alcance por parte da



Coreia do Norte foram as expressões mais visíveis – representou mais uma séria ameaça à paz no Mundo.

Neste contexto, sem desmerecer a importância da acção da diplomacia Chinesa, há que relevar a inquestionável e inquebrantável vontade do povo coreano - separado por influências e decisões externas que persistem em manter a desunião - na procura duma solução pacífica. Por uma Coreia una e livre de armas nucleares.

Este será concerteza o facto mais relevante deste princípio do século XXI, enquanto ganho civilizacional em prol da Paz. O Mundo avança. Para o lixo da história as mil e uma peripécias encenadas pelos sempre solícitos fazedores de conflitos e seus apaniguados escritas.

José Baptista Alves
Presidente da Direcção da ACR

**PARTICIPAÇÃO DA ACR
EM INICIATIVAS DO 44º ANIVERSÁRIO
DO 25 DE ABRIL**

- | Estaleiro da Lisnave/Mitrena em Setúbal
- | Sessão Solene União das Freguesias de Almada
- | Escola Filipa de Lencastre
- | Stimuli
- | Inválidos do Comércio em Lisboa
- | Universidade Sénior de Setúbal
- | Jantar Comemorativo do 25 de Abril na Casa do Alentejo, em Lisboa
- | Comemorações do 25 de Abril na Zona Oriental de Lisboa
- | Jantares Comemorativos do 25 de Abril em Alenquer, Porto, Moita e Baixa da Banheira
- | Almoços Comemorativos do 25 de Abril em Alpiarça e Évora.
- | Comemorações populares do 25 de Abril em Lisboa e Coimbra
- | Escola de Santo André, no Barreiro
- | Serviços Sociais da Câmara Municipal do Seixal
- | GRECAM



Eleições na ACR

Lista dos membros dos órgãos sociais para o triénio 2018/2020, eleita na Assembleia Geral de 29/03/2018

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Manuel Begonha
Vice-Presidente - Henrique Mendonça
Secretário - José António Capucho
Suplente - Rodrigo de Freitas

CONSELHO FISCAL

Presidente - António Avelãs Nunes
Secretário - José Sucena
Relator - José Emílio da Silva
Suplente - João Proença

DIRECÇÃO

Presidente - José Baptista Alves
Vice-Presidente - António Modesto Navarro
Secretário - José Varino da Ponte
Tesoureira - Maria Beatriz Nunes
Vogal - Nuno Lopes
Vogal - Manuel Gonçalves de Carvalho
Vogal - Valdemar Santos
Vogal - Jorge Sarabando Moreira
Vogal - José Augusto Torres

SUPLENTES

Vogal - Manuel Marques Pinto
Vogal - Cipriano Ricardo
Vogal - Ana Neves

SUPLENTES DISTRITAIS

Vogal - Joaquim Gaspar (Aveiro)
Vogal - Américo Soares (Aveiro)
Vogal - Abílio Fernandes (Évora)
Vogal - Carlos Vitoriano (Setúbal)

